

BICENTENÁRIO DE KARL MARX E A ATUALIDADE DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

BICENTENARIO DE KARL MARX Y LA ACTUALIDAD DE SUS CONTRIBUCIONES PARA LA EDUCACIÓN

BICENTENARY OF KARL MARX AND THE CURRENT OF ITS CONTRIBUTIONS TO EDUCATION

José Claudinei Lombardi¹

Resumo: Trata-se de artigo comemorativo dos 200 anos do nascimento de Karl Marx, pontuando alguns aspectos centrais da contribuição marxiana sobre educação e ensino, a partir do estudo da vasta obra desse atualíssimo clássico. O conteúdo da exposição está organizado em torno de três movimentos indissociáveis sobre o tema na obra de Marx, particularmente n' *O capital*: a crítica à educação e ao ensino burguês; a possibilidade e necessidade de, sob o modo de produção capitalista, ser ofertada uma educação crítica ao proletariado; o delineamento das características gerais da educação do futuro, não como mera utopia, mas como parte do projeto estratégico em construção pelo proletariado.

Palavras-chave: Karl Marx. Marxismo e educação. Pedagogia Socialista.

Resumen: Se trata de un artículo conmemorativo de los 200 años del nacimiento de Karl Marx, puntuando algunos aspectos centrales de la contribución marxiana sobre educación y enseñanza, a partir del estudio de la vasta obra de ese actualísimo clásico. El contenido de la exposición está organizado en torno a tres movimientos indisolubles sobre el tema en la obra de Marx, particularmente en el *capital*: la crítica a la educación y la enseñanza burguesa; la posibilidad y necesidad de que, bajo el modo de producción capitalista, se ofrezca una educación crítica al proletariado; el delineamiento de las características generales de la educación del futuro, no como mera utopía, sino como parte del proyecto estratégico en construcción por el proletariado.

Palabras clave: Karl Marx. Marxismo y educación. Pedagogía Socialista.

Abstract: It is an article commemorating the 200th anniversary of the birth of Karl Marx, highlighting some central aspects of the Marxian contribution to education, from the study of the vast work of this most classic. The content of the exhibition is organized around three inseparable movements on the theme in Marx's work, particularly in *The Capital*: criticism of bourgeois education and teaching; the possibility and necessity of being offered, under the capitalist mode of production, a critical education to the proletariat; the outline of the general characteristics of the education of the future, not as mere utopia but as part of the strategic project under construction by the proletariat.

Keywords: Karl Marx. Marxism and education. Socialist Pedagogy.

Estamos comemorando 200 anos do nascimento de Karl Marx (1818-1883) que nasceu no dia 5 de maio de 1818 em Trêves, uma cidade do sul da Prússia, então um dos reinos de uma fragmentada Alemanha. No presente artigo não me proponho a fazer uma narrativa biográfica sobre Marx - já existem muitas, qualitativamente contemplando o amplo leque de posturas teórico-metodológicas e que focam os mais diferentes aspectos de sua conturbada e contraditória existência -, mas busco pontuar alguns aspectos da contribuição marxiana sobre educação e ensino na vasta obra desse atualíssimo clássico.

Já explicitarei várias vezes meu entendimento quanto a atualidade da concepção e da obra marxiana, inclusive me posicionamento sobre a parceria com Friedrich Engels – que jamais foi um

“segundo violino” - no processo de produção do conjunto de suas obras. Com tal entendimento, meu objetivo no presente artigo é focar a análise marxiana sobre educação, mostrando a contribuição de Marx (e de Engels) para meu entendimento da problemática da educação e do ensino na contemporaneidade. Não será uma elaboração original, pois já escrevi sobre o assunto na minha tese de livre-docência², em livros e em inúmeros artigos. Nem é preciso aplicar qualquer programa de computador para a identificação de plágio / autoplágio, pois é uma besteira muito grande ficar quantificando o que um autor plagiou a si próprio (até mesmo etimologicamente isso é ridículo, pois a palavra pressupõe que alguém apresentou como de sua própria autoria, ideias ou obra intelectual produzido por outrem). Assumo que não vejo problema em autoplagiar-me.

Com Marx (e Engels) aprendi que não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social, sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe; também aprendi que não faz o menor sentido analisar ideal e abstratamente a educação, mas que é preciso entendê-la como uma das dimensões da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando as transformações do modo como os homens produzem e reproduzem sua existência material, social e espiritual.

O entendimento que construí sobre a educação fundamentou-se na análise de Marx e Engels n’*A Ideologia Alemã* e na qual debruçaram-se sobre as tradições filosóficas alemãs, objeto de ácida e satírica crítica produzida como “acerto de contas”. A apropriação do conteúdo dessa obra me permite buscar a determinação material, histórica, contraditória, objetivamente apreensível da educação enquanto “concreto pensado” e como um campo da atividade humana. Sendo um campo da atividade humana (isto é, do trabalho humano), os profissionais da educação não o construíram segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas correspondentes às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente realizadas nas mais diferentes formações sociais.

Aprendi com Marx que a educação, enquanto formação humana, fundamenta-se na articulação entre trabalho produtivo e formação intelectual. Isso decorre da análise teórica marxiana de que é o homem, através do trabalho, que produz a sua própria existência. A produção da existência significa que o homem não nasce pronto, mas tem que tornar-se homem, tem que formar-se homem. Como ele não nasce sabendo produzir-se como homem, necessita aprender a produzir sua própria existência e a produzir-se. A produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem – e a formação é sempre um processo educativo. A origem da educação, portanto, coincide com a origem do homem próprio; é o processo pelo qual o homem torna-se humanizado.

A articulação da educação com o trabalho me parece central na elaboração marxiana, inclusive para o entendimento da educação que se realiza no *modo capitalista de produção*, bem como sua superação enquanto projeto estratégico. A categoria trabalho é usada por Marx quer para se referir ao meio geral de reprodução da vida humana, mas também o trabalho que se realiza sob as condições específicas da exploração capitalista. Com esse duplo entendimento da categoria trabalho, penso que quando Marx trata

da “coordenação dos estudos com o trabalho produtivo”, ele está empregando o conceito de trabalho em seu sentido geral e também para se referir ao trabalho realizado sob o capitalismo. Quando Marx analisa o precário ensino ministrado aos trabalhadores, defende a necessidade de união do ensino com a produção, usando várias expressões para se referir ao “trabalho produtivo”, como “trabalho físico”, “trabalho manual”, “trabalho fabril”, “produção material” e que apontam simultaneamente para o sentido geral da noção de trabalho e como esta se realiza sob o capitalismo.

Disso decorre meu entendimento de que Marx e Engels trataram da articulação entre trabalho e educação nas condições em que esta se realizava no modo capitalista de produção. Não no sentido abstrato e que acabava respaldando a manutenção da exploração capitalista, mas a união entre educação e trabalho na perspectiva de superação da exploração capitalista e, portanto, como um meio para a formação desalienada e revolucionária dos filhos da classe trabalhadora. Em outras palavras, tratava Marx (e Engels) da educação como um dos instrumentos possíveis para aguçar a luta de classes, como processo contraditório que se realiza no modo capitalista de produção e que constitui-se em poderoso instrumento de formação das novas gerações para a ação política transformadora.

Marx (e também Engels) efetivamente defendeu a inserção dos educandos na produção material, no contexto e nas condições da produção realmente existente e não na perspectiva da escola recriar, imitativamente, o mundo da produção. É esse o entendimento que tenho do que está contido nas “Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório”, AIT, quando Marx, em 1868 (Marx e Engels, 1983), recomendou que a instrução das crianças deveria ser iniciada antes dos nove anos, considerando as reais condições de vida dos operários, na articulação do ensino com o trabalho remunerado, com os exercícios corporais e a aprendizagem politécnica. Essa educação deveria incluir formação geral e formação científica necessária à compreensão de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, iniciar as crianças e jovens no manejo das ferramentas dos diversos ramos industriais (Marx e Engels, 1983, p. 60). A educação dos jovens deveria ser dada dos 9 aos 18 anos, cobrindo a formação intelectual, corporal e politécnica, sendo as escolas politécnicas mantidas, em parte, com a venda de seus próprios produtos. A citação é elucidativa:

Esta combinação do trabalho produtivo pago com a educação mental, os exercícios corporais e a aprendizagem politécnica, elevará a classe operária bem acima do nível das classes burguesa e aristocrática. (Marx, Resolução do Primeiro Congresso da AIT. In: Marx e Engels, 1983, p. 60).

A cultura técnica (formação geral e técnica) constituiria a base da autonomia do operariado no processo de produção, com o ensino politécnico preparando o operário para atuar tanto no processo produtivo, como também no administrativo. Marx e Engels tratavam de um ensino que realizava-se no contexto da produção, no processo social de produção e sob suas formas características, inclusive a do regime de trabalho assalariado. Essa era, para Marx e Engels, uma dimensão importante da luta da classe operária, e que implicava a luta pelo acesso ao saber, à ciência, à cultura técnica.

Para Marx a luta do proletariado pelo acesso ao saber acabava assumindo um papel importante, ainda que não central, pois estava diretamente relacionada ao controle dos conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção – conhecimentos dos quais os trabalhadores foram

historicamente expropriados quando da passagem do artesanato à manufatura e desta para a grande indústria. Para Marx e Engels a expropriação dos saberes e conhecimentos técnicos dos trabalhadores deu-se pela crescente introdução da divisão do trabalho na produção, culminando com a separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, resultado da separação dos trabalhadores dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e, enfim, dos próprios produtos produzidos. A revolução era para eles o caminho para a superação das condições de vida e exploração do trabalho pelo capital, a superação da estrutura de classes da sociedade burguesa e da divisão social e técnica do trabalho que separa e aliena o trabalhador dos meios, processos e resultados da produção.

No processo revolucionário, portanto, a educação se constituía em importante instrumento para o trabalhador conseguir não apenas ter acesso aos conhecimentos, mas para que, a partir deles, tenha o controle do processo de produção e reprodução dos conhecimentos científicos e técnicos envolvidos no processo produtivo, necessários ao controle social pelos trabalhadores da produção social de sua existência.

Sintética e didaticamente meu entendimento das questões educacionais nas análises de Marx (e Engels), notadamente por Marx n’*O Capital*, levaram-me a concluir que realizou três movimentos indissociáveis, a um só tempo analíticos e propositivos, e que só os separamos para efeitos didáticos de ênfase:

- a) de crítica à educação e ao ensino burguês;
- b) de possibilidade e necessidade, sob as condições contraditórias do modo de produção capitalista, de ser ofertada uma educação crítica do proletariado; uma educação diferenciada, mesmo que ainda sob a hegemonia burguesa;
- c) da crítica da educação e do ensino burguês e da concretização de uma educação crítica para o proletariado, foram tiradas as características gerais da educação do futuro, não como mera utopia, mas como parte do projeto estratégico em construção pelo proletariado.

A crítica à educação burguesa, primeiro aspecto assinalado, fica claramente delineada por Marx quando, n’*O Capital*, tratou da maquinaria e grande indústria, do revolucionar da produção introduzido pela produção industrial baseada na maquinaria, mas que também trouxe consequências devastadoras para os trabalhadores (Marx, 1996, Tomo 2, p. 28). Nesse capítulo – o XIII do Livro Primeiro – Marx organizou a exposição em três pontos, analisando em cada um deles as consequências sobre o trabalhador, quer considerado individualmente, quer enquanto classe, a saber: a) “ocupação de forças de trabalho suplementares” (Idem, p. 28 e SS.); b) o “prolongamento da jornada de trabalho” (Idem, p. 36 e SS.); c) a “intensificação do trabalho” (Idem, p. 42 e SS).

Ao longo dessa exposição aparecem algumas das principais análises de Marx sobre a educação dos trabalhadores, não como uma questão geral, mas como uma problemática profundamente vinculada às transformações do modo capitalista de produção e, de modo mais específico, à introdução da maquinaria para super explorar a classe trabalhadora. Com a grande indústria, antes o trabalhador vendia somente sua própria força de trabalho, “agora vende mulher e filho”, tornando-se “mercador de escravos” (Idem, p. 29) Citando passagens dos *Reports* dos inspetores de fábrica, da “Children’s Employment Commission” e, notadamente, nos *Reports on Public Health*, Marx narra que, apesar de existir uma lei fabril

que limitava a quantidade de horas e a idade das crianças para o trabalho, na prática a legislação não era cumprida. Não só crianças eram vendidas como escravas ao capitalista, pelos pais ou outros agentes de assistência social, como crescia os maus tratos às crianças nos lares, com a falta de cuidados básicos, ausência de alimentação, problemas decorrentes da ausência da figura feminina no lar. A narrativa caracteriza o mercado público de criança, o uso dessas como “máquinas vivas” para limpar chaminés, maus tratos, uso de narcóticos e infanticídio. Essas eram as práticas que se alastravam onde o capital penetrava e transformava rapidamente a vida social. Algumas poucas passagens bem ilustram a narrativa de Marx que, contrariamente à Economia Política burguesa, que buscava camuflar os fatos, comprovavam a lamentável a situação dos filhos dos trabalhadores:

[...] No malafamado distrito londrino de Bethnal Green, a cada segunda e terça-feira pela manhã, é realizado um mercado público, em que crianças de ambos os sexos, a partir de 9 anos de idade, alugam a si mesmas para as manufaturas de seda londrinas. “As condições usuais são 1 xelim e 8 pence por semana (que pertence aos pais) e 2 pence para mim mesmo, além de chá.” Os contratos são válidos apenas por uma semana. As cenas e o linguajar, enquanto dura esse mercado, são verdadeiramente revoltantes. [...] Apesar da legislação, pelo menos 2 mil jovens continuam sendo vendidos por seus próprios pais como máquinas vivas para limpar chaminés (apesar de existirem máquinas para substituí-los) (Marx, 1996, Tomo 2, p. 30).

[...] Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes — entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. — além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente fome e envenenamento propositais. [...] (Idem, p. 31)

Marx também traça uma narrativa forte sobre os efeitos intelectuais do trabalho fabril sobre as crianças e adolescentes, causando “devastação intelectual” nos imaturos, “artificialmente produzida pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia” (Idem, p. 33). Diferentemente da preguiça ou da ignorância natural, essa devastação afetava a própria “capacidade de desenvolvimento, sua própria fecundidade natural” (Idem, *ibidem*).

As péssimas condições de vida e trabalho das crianças trabalhadoras obrigou o Parlamento inglês “a fazer do ensino primário a condição legal para o uso ‘produtivo’ de crianças com menos de 14 anos” (Idem, *ibidem*). Roger Dangeville observou que essa obrigatoriedade do ensino primário não foi uma dádiva da burguesia, mas foi arrancada com grande luta pelos trabalhadores, “quer pelas suas reivindicações econômicas [...], quer pelas suas reivindicações políticas”, não sendo, entretanto, mais que expressão do corolário do sufrágio universal (Dangeville, 1978, p. 65, nota 12). Era uma medida “perfeitamente típica da forma de sociedade capitalista”, permitindo uma instrução apenas adequada ao exercício das funções produtivas (Idem, *ibidem*). Entretanto, observa Marx, prevaleceu “o espírito da produção capitalista... na redação indecente das assim chamadas cláusulas educacionais da legislação fabril” que, por falta de organização e de fiscalização, “falta de maquinaria administrativa”, tornou essa obrigatoriedade “em grande parte ilusória”, tendo que enfrentar a “oposição dos fabricantes” e as “artimanhas práticas e trapaças para deixarem de cumpri-la” (Idem, *ibidem*). A citação de um trecho de um relatório de um dos inspetores de fábrica, Leonard Hornes, de abril de 1857, feita por Marx ilustra

essas observações, na qual o fabricante é chamado de “usuário da criança” e que nada o obriga a cumprir a exigência de escolaridade:

Apenas o Legislativo é para ser culpado por ter passado uma lei ilusória (*delusive law*) que, sob a aparência de providenciar educação para as crianças, não contém nenhum dispositivo pelo qual esse pretense objetivo possa ser assegurado. Nada determina, exceto que as crianças devam ser encerradas por determinado número de horas” (3 horas) “por dia dentro das quatro paredes de um local, chamado de escola, e que o usuário da criança deva receber semanalmente um certificado a respeito de uma pessoa que lhe apõe o nome como professor ou professora (Marx, 1996, Tomo 2, p. 33).

Segue ainda uma observação de Marx enfatizando que anteriormente, ao menos na aparência, essa situação ainda era pior pois, antes da lei fabril de 1844, não eram raros os casos de “certificados de frequência à escola, subscritos com uma cruz” por professores que eram analfabetos. A partir da lei de 1844, os certificados tinham que ser subscritos, de próprio punho, pelo mestre-escola, buscando-se com isso equacionar ou ao menos minimizar a situação. Marx cita outros trechos de relatórios de 1855, 1857 e 1858 para mostrar que após mais de uma década e meia, a situação não havia se resolvido: a ignorância dos mestres-escola, a incapacidade destes para lecionar, a baixa remuneração que recebiam, as precárias condições das instalações, o mobiliário inadequado e a carência de livros e material didático; o efeito deprimente das “escolas” que não passavam de lugares com atmosfera fechada e fétida³.

Ao visitar uma dessas escolas expedidoras de certificados fiquei tão chocado com a ignorância do mestre-escola que lhe disse: ‘Por favor, o senhor sabe ler?’ Sua resposta foi: ‘Ah! algo’ (*summat*). E, como justificativa, acrescentou: ‘De todos os modos, estou à frente de meus alunos?’ (Leonard Hornes, 30th april 1857. Apud Marx, 1996, Tomo 2, p. 33-34).

A primeira escola que visitamos era mantida por uma Mrs. Ann Killin. Quando lhe pedi para soletrar o sobrenome, ela logo cometeu um erro ao começar com a letra C, mas, corrigindo-se imediatamente, disse que seu sobrenome começava com K. Olhando sua assinatura nos livros de assentamentos escolares, reparei... que ela o escrevia de vários modos, enquanto sua letra não deixava nenhuma dúvida quanto a sua incapacidade para lecionar. Ela mesma também reconheceu que não sabia manter o registro. (...) Numa segunda escola, encontrei uma sala de aula de 15 pés de comprimento e 10 pés de largura e nesse espaço contei 75 crianças que estavam grunhindo algo ininteligível (Sir John Kincaid, , 31th oct. 1858. Apud Marx, 1996, Tomo 2, p. 34).

Não é, porém, apenas nessas covas lamentáveis que as crianças recebem certificados escolares mas nenhuma instrução, pois, em muitas escolas onde o professor é competente, os esforços dele são de pouca valia em face do amontoado atordoante de crianças de todas as idades, a partir de 3 anos. Sua receita, mísera no melhor dos casos, depende totalmente do número de pence, recebidos do maior número possível de crianças que seja possível empilhar num quarto. A isso acresce o parco mobiliário escolar, carência de livros e outros materiais didáticos, bem como o efeito deprimente, sobre as pobres crianças, de uma atmosfera fechada e fétida. Estive em muitas dessas escolas, onde vi séries inteiras de crianças não fazendo absolutamente nada: e isso é certificado como frequência escolar e, na estatística oficial, tais crianças figuram como tendo sido educadas (*educated*). (Leonard Hornes, 30th april 1857. Apud Marx, 1996, Tomo 2, p. 33-34).

Após delinear as principais conseqüências da produção mecanizada sobre o trabalhador, Marx passou a ocupar-se com a fábrica em seu conjunto e na forma como então se encontrava. Com a fábrica superou-se a divisão manufatureira do trabalho, substituindo a hierarquia de trabalhadores especializados (característica da manufatura), pela execussão desses trabalhos por operadores que os executavam nas máquinas. A divisão do trabalho numa fábrica automática é “distribuição dos trabalhadores pelas

diferentes máquinas especializadas” (Idem, p. 53): no chão da fábrica, ficavam (ficam) os trabalhadores efetivamente ocupados com as máquinas-ferramentas, acrescidos de ajudantes para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz (quase exclusivamente crianças); além desses havia (há) “um pessoal numericamente insignificante”, ocupados “com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação” – “como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc.” – era (é) uma “classe mais elevada de trabalhadores” e que tinham formação científica ou técnica condizente com o trabalho que executavam (Idem, p. 54).

Essa divisão técnica do trabalho provocou uma divisão na aprendizagem e no sistema educacional (ou formativo) em diferentes níveis, visando formar os trabalhadores necessários ao trabalho fabril e para os diferentes setores da economia. Numa sociedade com classes e frações de classes diferenciadas, também a educação era (é) adequada a essa estrutura e organização econômica e social, com tantas e quantas educações quantas as classes e frações de classes a que se destinam. Marx não estava preocupado em analisar a educação e muito menos em refletir teoricamente sobre as diferenças de ensino para cada uma das classes e frações de classe.

A análise marxiana desemboca na explicitação de que, em meados do século XIX, havia uma massa ocupada diretamente na produção e que a ela estava destinado um ensino de péssima qualidade, pois a maquinaria não exigia conhecimentos e habilidades do trabalhador, pois estes foram incorporados à máquina. Para além desses, para o diminuto pessoal que exerce o controle e o gerenciamento dos processos produtivos, a necessidade de conhecimentos especializados exigia uma formação técnica e científica específica.

Numa outra direção dessa mesma análise, Marx salientou que, nas condições de uma produção automatizada, com total separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, a educação era um tema ideológica e politicamente apreciado pelos burgueses que, enfaticamente, propugnavam pela necessidade de educação profissional para os trabalhadores. Marx fez importante anotação sobre isso, num manuscrito anexo a *Trabalhado Assalariado e Capital*, de 1849, no qual realçou a contradição existente na indústria moderna que cada vez mais substitui trabalho complexo por trabalho simples. No plano educacional essa contradição resultava na exigência burguesa de ampliação da educação profissional dos trabalhadores, quando “não há necessidade de qualquer formação”, em decorrência da simplificação do trabalho (*apud* Dangeville, 1978, p. 74). A ampliação da escolaridade não somente não tem importância para a empregabilidade (como se diz atualmente) do trabalhador, como também não exerce influência direta ou indireta sobre o seu salário, mas essa educação tem somente a função de formação moral, pela qual se transmitem os princípios ideológicos burgueses. A nota de Roger Dangeville a esse texto é esclarecedora:

[...] De fato, a formação humana é sempre ditada, sob o capitalismo, pelas necessidades da produção, e nenhuma reforma do ensino poderá alterar seja o que for. [...] Durante a sua fase mecanizada e automatizada, o capital exige, nalguns países avançados, um prolongamento da escolaridade nacional que pode dar-se paralelamente à importação de mão-de-obra não qualificada estrangeira, indispensável à indústria nacional. Este prolongamento da escolaridade, ligado a um ensino cada vez mais especializado, multiplica o idiotismo de ofício até ao infinito, fazendo de cada “perito” num minúsculo campo um imbecil, ignorante

em todos os outros, mas pretensioso em todos. [...] (Dangeville, 1978, p. 73-74, nota 27).

A ampliação da escolaridade, realizada através de um ensino cada vez mais especializado, centrado em minúsculos campos, mesmo que aparentemente politécnico, não amplia o saber do trabalhador, mas contribui ainda mais para tornar seu saber fragmentado, ampliando a subordinação do trabalho ao capital, ao mesmo tempo em que reforça a ideologização burguesa, pela qual o próprio trabalhador acaba sendo culpabilizado por sua trágica situação.

Marx tratou, ainda, das expressões contraditórias do desenvolvimento capitalista, analisando a expressão delas na “Legislação Fabril Inglesa” (Marx, 1996, Tomo 2, , p. 109). Após tratar das disposições sobre higiene, Marx teceu algumas considerações sobre as disposições dessa legislação quanto à *educação*. Para o autor de *O capital*, as disposições da lei fabril relativas à educação fizeram da instrução primária condição “obrigatória para o trabalho” infantil (Idem, p. 111). Para além da obrigatoriedade legal, ocorreu a construção de uma ineficiente organização escolar, com péssimas instalações, com mobiliário precário e inadequado e mestres despreparados e até mesmo analfabetos.

Marx indica que, contraditoriamente, foram as próprias condições de desenvolvimento do capitalismo que colocaram a possibilidade e a importância de conjugar instrução, ginástica e trabalho manual. Para demonstrar esse seu entendimento, Marx tomou depoimentos de mestres-escola, contidos nos relatórios dos inspetores de fábrica, mostrando que as crianças trabalhadoras, embora só tivessem meio período de frequência escolar, aprendiam tanto ou mais que os alunos regulares e que tinham frequência integral. Vale a pena a citação:

[...] Os inspetores de fábrica logo descobriram, por depoimentos de mestres-escolas, que as crianças de fábricas, embora só gozem de metade do ensino oferecido aos alunos regulares de dia inteiro, aprendem tanto e muitas vezes até mais.

“A coisa é simples. Aqueles que só permanecem metade do dia na escola estão sempre lépidos e quase sempre dispostos e desejosos de receber instrução. O sistema de metade trabalho e metade escola faz de cada uma dessas atividades descanso e recreação em relação à outra e conseqüentemente muito mais adequadas para a criança do que a continuidade ininterrupta de uma das duas. Um garoto que desde manhã cedo fica sentado na escola não pode concorrer, especialmente quando faz calor, com outro que chega lépido e fagueiro de seu trabalho.” (Reports of Insp. of Fact., apud Marx, 1996, Tomo 2, p. 111-112)

No meu entendimento a reflexão de Marx sobre a legislação fabril, como “um produto necessário da indústria moderna”, comparável às máquinas automáticas (MARX, 1982, p. 551), não foram na direção de endossar a instrução profissional burguesa, mas em propor a sua superação- e aqui entramos no segundo movimento assinalado. O ponto de partida era a necessidade de universalização da instrução primária, que a legislação “tornou indispensável para o emprego de crianças” (Idem, p. 553). Ao lado da obrigatoriedade da instrução primária, tendo em vista que o trabalho das crianças e adolescentes já era ampla e indiscriminadamente usado pelo capital, também foi a legislação fabril que acabou introduzindo uma nova condição para a educação: a unidade entre instrução e trabalho e que deveria ser destinada a todas as crianças.

A educação proposta, longe de orientar uns para uma profissão e outros para outra, deveria se destinar a *todas* as crianças e jovens, indistintamente, possibilitando tanto o conhecimento da totalidade das

ciências, como das capacidades práticas em todas as atividades produtivas. Tomando por referência os escritos de Robert Owen, delineou Marx a sua proposta de instrução enquanto formação integral de homens:

[...] Do sistema fabril, conforme expõe pormenorizadamente Robert Owen, brotou o germe da educação do futuro, que conjugará o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos. (Idem, p. 554)

A união entre instrução e trabalho industrial não tinha para Marx o objetivo de simplesmente possibilitar o aumento da produtividade do trabalho, mas seu principal objetivo era a *formação omnilateral do homem*, uma formação integral que exigia a rejeição quer “de toda reminiscência romântica *antiindustrial*”, quer de toda didática baseada no jogo e em “outras atividades estúpidas”, como bem destaca Manacorda (1989, p. 298). Os fundamentos dessa educação *omnilateral* e politécnica era uma decorrência da própria transformação da indústria que constantemente revoluciona as bases técnicas da produção e com ela a divisão do trabalho. Articulando o desenvolvimento das forças produtivas com a implementação de transformações nas bases técnicas de produção, Marx vislumbrou uma educação mais ampla, integral e flexível:

[...] Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. Exige, por sua natureza, variação no trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalho em todos os sentidos. [...] (MARX, 1982, pp. 557-558)

A necessidade de uma educação flexível era uma decorrência do colossal desenvolvimento da indústria que determinava a transformação de todo o aparato escolar, até então dominado pela educação familiar, gremial e religiosa. As transformações desencadeadas pela Revolução Industrial e o desenvolvimento teórico do liberalismo foram responsáveis pelas proclamações de pensadores liberais que atribuíam à educação e ao conhecimento a responsabilidade de criar condições de igualdade entre todos os cidadãos. É nesse contexto que verificamos a institucionalização e a ampliação do aparato escolar, como é destacado na “Introdução” aos *Textos sobre Educação e Ensino*, de MARX & Engels (1983, p. 9).

A institucionalização do aparato escolar e sua ampliação, tornou a educação crescentemente dependente do Estado, sob a justificativa liberal de que a educação deveria ser considerada como uma necessidade social, como um direito de todos os cidadãos. Sabemos que historicamente a ampliação dos sistemas escolares deu-se principalmente a partir do final do Século XIX, quase um século depois dos embates ocorridos na França revolucionária. Considerando o Estado como um aparato a serviço da classe dominante, mais particularmente a serviço da burguesia, os exemplos já disponíveis para Marx possibilitavam vislumbrar que a educação convertia-se em instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica e, nessa condição, exercesse o poder: “O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato

escolar se convertia em um apêndice da classe dominante. [...]”, conforme a “Introdução” aos *Textos sobre Educação e Ensino* (MARX & Engels, 1983, p. 10).

Marx e Engels não eram contrários a que as instituições públicas fossem responsáveis pela educação. O que eles repudiavam era o controle do Estado sobre ela. Sobre o assunto são interessantes as observações constantes na “Introdução”, sem autoria assumida, à antologia de Marx e Engels *Textos sobre Educação e Ensino*:

Este é o contexto em que Marx repudia a intervenção do Estado [...]. Sua preocupação parece clara: que a burguesia não conte, além de outros poderes, com o de um aparato escolar posto a seu serviço, diretamente controlado por ela. No entanto, [...] Marx e Engels não colocam em dúvida a função de responsáveis que as instituições públicas têm com respeito à educação. [...]

[...]

A crítica de dependência escolar do Estado não tem somente aspectos negativos. A proposta sugerida é de sistema de gestão não burocrático, com a intervenção direta da população trabalhadora através de seus delegados e num marco de democracia direta, tal como colocam em relevo suas indicações, já assinalados a propósito da Comuna de Paris. [Introdução. In: MARX & Engels, 1983, pp. 10-11].

Com relação à construção do projeto estratégico comunista, terceiro ponto indicado, este pautou-se por constituir-se como uma proposta partidária para o proletariado, o que foi exposto por Marx e Engels no *Manifesto comunista*, escrito entre 1847 e 1848, às vésperas de junho 1848 quando Paris viu a primeira revolução proletária. Entre as medidas que proletariado poderia colocar em prática ao assumir o poder, Marx e Engels assim redigiram o décimo e último item:

Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc (MARX & Engels, s.d., Volume 1, p. 37).

Ao assim registrarem a proposta comunista de educação, conforme Manacorda (1989, p. 296), Marx e Engels partiram das conquistas teóricas e práticas da burguesia no campo da educação - universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural e primazia do trabalho - mas avançando e articulando a educação com o trabalho produtivo, cabendo à educação a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, em seus aspectos filosófico, científico, literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. Para ultrapassar a proposta burguesa de educação, foi necessária uma dura crítica à burguesia, pela incapacidade de realização de seus programas sociais, possibilitando aos comunistas avançar na direção de uma concepção mais orgânica da união instrução-trabalho, na perspectiva de uma formação integral (total) de todos os homens (Idem, ibidem).

Em linhas gerais, a proposta comunista de educação foi gradativamente se configurando e assumindo os seguintes princípios: eliminação do trabalho das crianças na fábrica; associação entre educação e produção material; educação politécnica que leva à formação do homem omnilateral, abrangendo três aspectos: mental, físico e técnico, adequados à idade das crianças, jovens e adultos; inseparabilidade da educação e da política; e articulação entre o tempo livre e o tempo de trabalho, isto é, o trabalho, o estudo e o lazer.

Ainda que as observações e contribuições de Marx (e Engels) sobre a educação tenham sido rápidas e pontuais, entendo que são suficientes para mostrar que, mesmo não tendo Marx (e Engels) se

preocupado em teorizar sobre o assunto, acabaram tecendo comentários e análises robustas e que abriram a possibilidade para, por um lado, alavancar a luta dos trabalhadores por uma educação formadora do novo homem que era (é) necessário à luta revolucionária; por outro lado, possibilitou as bases fundamentais para a organização educacional nas formações sociais que, ao longo do século XX, sofreram a tomada revolucionário do poder, marco fundamental de que o velho modo capitalista de produção entrou (com a Revolução Russa) em franco processo de desagregação e que o novo modo de produção já estava sendo construído em suas entranhas. Além desse duplo aspecto, gostaria de salientar que os desafios analíticos da obra marxiana e engelsiana tem possibilitado significativo avanço das pesquisas teóricas sobre o tema nos mais diferentes campos do saber, inclusive gestando novas e críticas concepções pedagógicas.

Referências bibliográficas

- DANGEVILLE. Introdução e Notas. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978
- LOMBARDI, J.C. Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels. Campinas, SP: Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, [s.n.], 2010.
- LOMBARDI, J.C.. Educação e ensino na obra de Marx e Engels. Campinas: Editora Alínea, 2011. 265 p.
- MANACORDA, M.A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991. Nova edição: MANACORDA, M.A. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas, SP : Editora Alínea, 2007.
- MARX e Engels. *A Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirnes, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas*. Volume I e II. Lisboa : Editorial Presença; Brasil : Livraria Martins Fontes. [s.d.]
- MARX & ENGELS. Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Moraes, 1983. [há uma edição mais recente: MARX e ENGELS. Textos sobre educação e ensino. São Paulo : Centauro, 2004].
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo : Circulo do Livro, Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl e F. Engels. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K. e F. Engels. *Obras Escolhidas - Volume 1*. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 13-47.
- MARX, K.. *O Capital: Crítica da Economia Política - Livro 1, Volume 1*. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.)
- MARX, K.. *O Capital: Crítica da Economia Política - Livro 1, Volume 2*. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.)
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes Editores, 1978

Notas:

- 1 Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp; coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR; pesquisador bolsista do CNPq.
- 2 De modo mais detalhado meus estudos sobre as análises de Marx e Engels sobre educação e ensino encontra-se na III parte da tese de livre-docência (Lombardi, 2010, p. 208-320); essa quarta parte foi publicada na forma de livro no ano seguinte (Lombardi, 2011).
- 3 Lendo ou vendo pelos meios multimídias, ou ouvindo relatos de professores e alunos, não é difícil se dar conta que, não havendo superação do modo capitalista de produção, a educação dispensada aos trabalhadores continua a padecer dos mesmos males. Por isso mesmo, qualquer semelhança com os problemas educacionais do presente, não é mera semelhança.

Recebido em: 20/05/2018 – Aprovado em: 20/05/2018